



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Deputado Zé Trovão (PL/SC)

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E  
DESENVOLVIMENTO RURAL**

**REQUERIMENTO nº            de 2025.**  
**(do Sr. Deputado Zé Trovão)**

Apresentação: 02/07/2025 18:33:15.043 - Mesa

**RIC n.4068/2025**

Requer informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Pesca e Aquicultura, sobre o pagamento do seguro-defeso em todo o território nacional, com ênfase nos dados de Santa Catarina, Pará e Maranhão.

Sr. Presidente,

Nos termos do artigo 50 da Constituição Federal, combinado com o artigo 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência que seja encaminhado ao Ministro da Pesca e Aquicultura, sobre o pagamento do seguro-defeso em todo o território nacional, com ênfase nos dados de Santa Catarina, Pará e Maranhão.

Assim, solicito ao Ministro as seguintes informações:

1. Número total de beneficiários do seguro-defeso cadastrados por município, nos anos de 2023, 2024 e 2025 (até a presente data);
2. Quantos benefícios foram efetivamente pagos, por município e por estado, com detalhamento por sexo e faixa etária;
3. Número de pedidos de seguro-defeso em análise, rejeitados ou pendentes de pagamento por município;
4. Relatório dos critérios técnicos utilizados para validação de novos cadastros;
5. Dados de cruzamento entre os cadastros do seguro-defeso e as bases do IBGE, RAIS, CNIS e CPF;
6. Relação das entidades intermediárias (colônias, sindicatos e federações de pesca) envolvidas na operacionalização dos cadastros;



\* C D 2 5 9 8 0 3 3 4 7 6 0 0 \*



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Deputado Zé Trovão (PL/SC)**

7. Percentual de retenção financeira permitido e praticado por essas entidades;
8. Medidas adotadas para auditoria, combate à fraude e responsabilização de gestores e intermediários;
9. Quantos casos de fraudes foram detectados oficialmente e quantos resultaram em sanções administrativas, cíveis ou penais;
10. Justificativas para a ausência de dados públicos em alguns estados, especialmente Santa Catarina.

### **JUSTIFICAÇÃO**

O programa do seguro-defeso, cuja finalidade é garantir a renda mínima ao pescador artesanal durante o período de paralisação da atividade pesqueira, está envolto em graves suspeitas de irregularidades, conforme noticiado amplamente por veículos da imprensa e investigações da CGU e Polícia Federal.

Constatações alarmantes incluem:

- O município de Mocajuba (PA) registrou 14.700 beneficiários em 2024, com uma população adulta de apenas 15.300 habitantes — proporção estatisticamente inverossímil.
- O número de pescadores cadastrados no Brasil saltou de 1 milhão (2022) para 1,7 milhão (2025), um aumento de 500 mil pessoas em menos de dois anos, sem explicações técnicas.
- No Maranhão, há 590 mil pescadores registrados, mas somente 621 embarcações cadastradas.
- Em Santa Catarina, não há informações disponíveis sobre o número de beneficiários aguardando pagamento, o que indica possível omissão ou falha de transparência.





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Deputado Zé Trovão (PL/SC)**

- Estima-se que R\$ 5,9 bilhões foram pagos em 2024, com suspeitas de desvios por meio de entidades intermediárias que retêm até 50% dos valores.
- No Pará, apenas entre 2018 e 2023, o prejuízo com fraudes no programa supera R\$ 500 milhões.

Tais dados impõem a necessidade urgente de fiscalização, responsabilização e correção de distorções no programa, que já apresenta características de descontrole sistêmico.

Atenciosamente,

Sala das comissões, de de 2025.

**Deputado ZÉ TROVÃO**  
**(PL/SC)**

